

## O MARQUÊS DE POMBAL E A ESCOLA PÚBLICA DO BRASIL

Trabalho coordenado, revisto e alterado para efeito de publicação,  
por Rejane de Medeiros Cervi.

EQUIPE: Antonia Nonato  
Leszek Celinski,  
Maria Irene Minini  
Rejane de Medeiros Cervi

## INTRODUÇÃO

ALVARÁ de 28 de JUNHO DE 1759

"Eu, El-Rey, faço saber aos que este Alvará vim, que tendo considerado a que da cultura das Sciencias depende a felicidade das Monarquias, conservando-se por meyo dellas a Religian, e a Justiça na sua pureza, e e igualdade; e a que por esta razão foram sempre as mesmas Sciencias o objeto mais digno do cuidado dos Senhores Reys meus predecessores, que com suas Reaes Providencias estabeleceram, e animaram os Estudos públicos, promulgando as Leys mais justas... e proporcionadas para que os Vassalos da Minha Corôa pudessem fazer a sombra delas os maiores progressos em benefício da Igreja e da Pátria; Tendo em consideração, outrossim a que sendo o estudo das Letras Humanas a base de todas as Sciencias, se ve nestes Reynos extraordinariamente decahidos daquele auge em que se achava quando as Aulas se confiraram aos religiosos jesuítas; em razão de que estes com o escuro e fastidiozo Methodo, que introduziam nas Escolas destes Reinos e seus Domínios; e muito mais com a inflexível tenacidade com que sempre procuraram sustentalo contra a evidência das solidas verdades, que lhe descubriram os defeitos; e os prejuízos do uso de hum Methodo, que depois de serem por eles conduzidos os Estudantes pelo longo espaço de oito, nove e mais annos, se achavam no fim delles tão illaquados nas miudezas da Gramática, como destituídos das verdadeiras noçõens das Línguas Latina e Grega, para nelas falarem e escreverem sem hum tão extraordinário desperdício, de tempo com a mesma facilidade, e pureza, que se tem feito familiares a todas as outras naçõens da Europa, que aboliram aquelle perniciozo Methodo; dando assim os mesmos Religiosos causa necessária à quase total decadência das referidas Línguas; sem nunca jamais cederem, nem à invencivel força do exemplo dos maiores Homens de todas as Naçõens civilizadas, nem o louvável e fervorozo zelo dos muitos Varoens da eximia erudicção que (livres das preocupações com que os mesmos Religiosos pretendiam allucinar, os meus Vassalos, distrahindos na sobredita forma do progresso das suas applicações, para que creando-os e prolongando-os na ignorância lhes conservassem huma Subordinação, e depen-

dência tão injustas, como perniciosas) clamaram altamente nestes Reinos contra o Methodo, contra o mau gosto; contra a ruína dos Estudos: com as demonstrações dos muitos, e grandes Latinos, e Rethóricos, que antes do mesmo Methodo haviam florido em Portugal até o tempo em que foram os mesmos estudos arrancados das mãos de Diogo de Teyve, e de outros igualmente sábios e eruditos Mestres: Desejando Eu não só reparar os mesmos estudos para que não acabem de cahir na total ruína, a que estavam próximos; mas ainda restituir-lhes aquelle antecedente lustre, que fez dos Portugueses tão conhecidos na Republica da Lettras antes que os ditos Religiosos se intrometessem a Ensinallos com os Synistros intentos, e infelizes sucessos, que logo desde os seus principios foram previstos e, manifestos pela desaprovação dos Homens mais Doutos, e prudentes nestas úteis disciplinas, que ornaram os Séculos XVI e XVII, os comprehenderam e predisseram logo pelos erros do Methodo a fatura e necesaria ruína de tão indispensáveis Estudos, como foram por exemplo o Corpo da Universidade de Coimbra (que pelo merecimento de seus Professores se fes sempre digna da Real atenção, oppondo-se à entrega do Collegio das Artes mandada fazer aos ditos Religiosos no anno de 1555; O Congresso das Cortes que o Senhor e Rey Dom Sebastião convocou no anno de 1562, requerendo já entam nelle os Povos contra as aquisições de bens temporâes, e contra o Estudo dos mesmos Religiosos; a Nobreza, e o Povo da Cidade do Porto no Assento que tomaram a 22 de novembro de 1630 contra as Escollas que naquele ano abriram na dita Cidade os mesmos Religiosos, impondo por elle graves penas aos que a elles fossem, ou mandassem seus filhos estudar. E atendendo ultimamente a que ainda quanto outro fosse o Methodo dos sobreditos Religiosos, de nenhuma sorte se lhes deve confiar o ensino, a educação dos Meninos e Moços, depois de haver mostrado tão infaustamente a experiência por factos decisivos, e exclusivos de toda tergeversaçam, ser a Doutrina que o Governo dos mesmos Religiosos fes dar aos Alumnos das suas classes e Escollas senistramente ordenada à ruína, não só das Artes e Sciencias, mas até mesmo da Monarquia, e da Religiam, que nos meus Reynos, e Dominios devo Sustentar com a minha Real, e indefectivel protecçam: Sou Servidor privar interia, e absolutamente os mesmos Religiosos em todos os meus Reynos, e Dominios dos Estudos de que os tinham manda

do suspender. Para que do dia da publicaçam deste em diante se hajam, como effetivamente Hey, por extintas todas as Classes e Escollas, com tão perniciozos e fū nestos effeitos lhes foram confiadas os opostos fins da Instruçam, e da modificaçam dos fieis Vassalos: Abu llindo até a memória das mesmas Classes e Escolas, co mo se nunca houvessem existido nos meus Reinos, e Domínios, onde tem causado tam enormes lezōens, e tam graves escandalos. E para que os mesmos Vassalos pelo proporcionado meyo de hum bem regulado Methodo possão com a mesma facilidade que hoje tem as outras Naçōens civilizadas, colher suas applicaçōens aquelles uteis, e abundantes fructos, que a falta de direcçam lhes fazia atē agora, ou impossiveis, ou tam deficultosos que vinha a ser quasi o mesmo: Sou Servido da mesma sorte ordenar como por este ordeno, queno ensino das Clases, e no estudo das Letras Humanas, haja uma geral reforma, medeante a qual se restitua o Methodo antigo, reduzido aos termos simples, claros e de mayor facilidade, que se practica actualmente pelas Naçōens polidas da Europa; conformando-me para assim o determinar, com o parecer dos Homens mais Doutos, e instruidos nesse genero de erudicçōens. A qual reforma se praticará não só nestes Reinos, mas também em todos os seus Domínios à mesma imitaçam do que tenho mandado estabelecer na minha Corte, e Cidade de Lisboa; em tudo o que for applicavel aos lugares, em que os novos estabelecimentos se fizerem; debaixo das Providencias e Determinaçōens seguintes".

A delimitação de uma conjuntura para reconstrução e definição da política educacional no Brasil Colônia, no Século XVIII, e, mais especificamente, da intervenção pombalina, nos leva a considerar os seguintes pressupostos:

1º - como estrutura desta conjuntura, o ambiente social e a interação de dois sub-sistemas: o político e o educacional, para maior efeito interpretativo da praxis;

2º - a política educacional supondo a Educação como ramo da Política, necessariamente subordinada a ideologias;

3º - implicação, pela Política Educacional, de uma crítica, explícita ou implícita à relação "educação (instrumento cultural) versos ambien-

te social (mudança)";

4º - manifestação da Política Educacional como uma estratégia de mudança.

Mediante esta posição conceitual, o estudo apresentado realiza uma síntese questionadora, derivada da reconstrução histórica, e possibilitadora de situar uma etapa da evolução educacional brasileira e esboçar respostas críticas às seguintes questões:

- \* COMO JUSTIFICAR A POLÍTICA EDUCACIONAL ADOTADA PELO MARQUÊS DE POMBAL?
- \* PODE-SE CARACTERIZAR A INTERVENÇÃO DO MARQUÊS DE POMBAL COMO UMA VERDADEIRA REFORMA DO ENSINO?
- \* É POSSÍVEL RECONHECER-LHE O LASTRO?
- \* EM QUE TERMOS SE PODEM INFERIR IMPLICAÇÕES AO DESENVOLVIMENTO DA ESCOLA PÚBLICA DO BRASIL?

## 2. Desenvolvimento

### 2.1. Como justificar a política adotada por Marquês de Pombal?

#### 2.1.1. Conjuntura política da Colônia

"A nossa evolução política segue passo a passo a transformação econômica que se opera a partir de meados do século XVII. Esta transformação que se define pela maior penetração econômica da metrópole, repercute no terreno político pelo desaparecimento gradual de nossa autonomia local do primeiro século é meio da colonização. Desloca-se a autoridade das mãos dos proprietários territoriais, a antiga classe dominante, para as da Coroa Portuguesa. E é nesta que ela vai se consolidar. Despojam-se as câmaras sucessivamente, de todas as prerrogativas, e a elas se substitui a onipotência dos governadores. No correr do século XVII só existe na colônia uma autoridade, a da metrópole Portuguesa".

#### 2.1.2. Conjuntura europeia

A conjuntura europeia do século XVIII se

encontra sob os efeitos da Revolução Comercial e prenúncios da Revolução Industrial, com acentuado crescimento das concentrações urbanas, melhoria de nível das populações, consolidação da burguesia como classe consciente de sua força e expressão de novas reivindicações.

"A essa burguesia já não interessava o mercantilismo vigente, com o controle do Estado nas atividades econômicas, restringindo a liberdade de compra e venda. Seu desenvolvimento requeria a não intervenção do governo, exceto para garantir a propriedade e segurança individuais. A máxima apregoada pelos fisiocristas, *laissez-faire* e *laissez-passer*, *le monde va de lui-même*, uma espécie de aplicação das leis da mecânica celeste e da atração universal aos fatos econômicos, traduz as aspirações da burguesia da época".<sup>2</sup>

A decadência da Monarquia absoluta, afirmava-se o surgimento do despotismo esclarecido, dos grandes ministros, apoiados na doutrina política do liberalismo, onde os poderes do governo não punham em risco a segurança e liberdade individuais, nem a defesa da propriedade limitava seus direitos naturais.

O reflexo intelectual destas transformações político-sócio-econômicas se caracterizava pelo culto da razão,

"uma razão divinizada e infalível, como quase único meio para devassar e reconstruir, crítica e autonomamente, uma a uma, todas as realidades deste mundo, depois de dissecado pela análise, do qual o homem se tornava, de novo, como no tempo de Protágoras, a medida única".<sup>3</sup>

essência doutrinária do movimento cultural denominado Iluminismo ou Ilustração, consistiu em reação ao absolutismo religioso, ao formalismo do pensamento e da crença, à tirania intelectual e social, com propósito de construir a liberdade intelectual e consequente independência do homem, não sem sofrer, nesta intenção, uma aristocratização, uma elitização da cultura.

Em suas raízes teóricas, pois, o Iluminismo se liga ao racionalismo cartesiano,

"em sua concepção mecanicista do Universo e na definição do mundo material em termos de extensão e movimento; na mecânica de Newton, ao demonstrar a submissão do Universo à lei da atração universal, e no sensualismo de Locke, ao afirmar que todo conhecimento se origina da percepção dos sentidos". 4

Daí se considerar que, o século XVII, o século das "Luzes", da "Aufklärung", significa, antes de tudo, "esclarecimento, erupção da vontade para o pensar livre", para a reflexão de todas as circunstâncias de vida. O universo chega a ser em tudo infinito, promovendo, esta concepção, um otimismo efetivo voltado para o futuro do mundo, para a preocupação com a geração jovem, com a aspiração à cultura.

O movimento assumiu características diferentes nos países onde penetrou. Na Inglaterra, onde teve início, já pelas condições estruturais daquele país, tomou forma deísta e sensualista, com destacada tendência materialista, expresso através de Hobbes, Locke e Hume. Na França, chegou à culminância, tomando caráter irreligioso, negativista, assim como, à semelhança do seu início, teve resquícios materialistas, variando do deísmo prático e cômodo de Voltaire, ou sentimental e profundo de Rousseau, ao ateísmo violento de D:Hobbach e D:Alembert, baluartes do Enciclopedismo. Na Alemanha, bem menos cético, apresentou feição aristocrática com Herder, Lessing, Winkelmann e Wolf, traduzindo um meio termo entre a imagem natural do mundo e a tradição teológica.

Em Portugal, influenciado pela tradição católica, que impedia a emancipação do pensamento moderno, o Iluminismo compactuou com o catolicismo, mas buscou a defesa da filosofia moderna, difundindo o espírito laico e a renovação da atividade científica, e apresentando dimensão progressista, reformista e humanista.

Neste novo ambiente cultural, política, pedagogia e política-educacional assim se expressavam:

Expressão política: despotismo ilustrado; instrução do povo sem o povo; imposta de cima para baixo; secularização da educação e subordinação desta ao Estado; comunidade de reis e filósofos: Frederico, o

Grande, Maria Teresa e José II da Áustria, Catarina, da Rússia, Carlos II da Espanha, Diderot, Voltaire, Rousseau, Goethe...

Expressão pedagógica: racionalismo; crença no poder ilimitado da educação na vida dos Homens e dos povos; fé no progresso e aperfeiçoamento indefinidos da conduta humana; afirmação da natureza sobre a educação; felicidade dos homens como fim da educação; utilidade do meio; Todos se preocupam com a educação: enciclopedistas (D'Alembert, Diderot, Condillac, Helvetius), políticos ilustrados (Montesquieu, La Chalotais, Turgot, Roland), políticos revolucionários (Mirabeau, Talleyrand, Condorcet, Lakanal, Robespierre), pensadores e poetas (Rousseau, Voltaire, Kant, Fichte, Herder, Schiller, Goethe), cientistas (Lavoisier, Priestley, Lamarck) e pedagogos (Basedow, Pestalozzi).

Expressão político-educacional: a intervenção educacional organizada teve uma conotação, numa primeira fase, puramente estatal, onde se educava o súdito, e se concretizou a secularização da educação, pela independência da Igreja e compromisso do Estado. "Foi sedução de todos os Estados, com a supressão da Ordem dos Jesuítas, de assenhorear-se da educação, dirigí-la, laicizá-la, para formação do sentimento nacional e devotamente ao princípio". 5

A fase estatal evoluiu para uma fase de caráter nacional, onde a educação do cidadão constituía intenção popular ou pública.

2.1.3. Descompasso educacional - A oferta educacional no século XVIII estava baseada nas formas do século XVI. A discrepância entre as expressões ambientais e a ação educativa deu ensejo à campanha contra os jesuítas, detentores do ensino. Reconhece-se, como erros factuais, os paradoxos ou contradições lógicas entre as exigências e requisitos ambientais da sociedade da época e a oferta educacional jesuítica. (Quadro I).

## QUADRO I

EXPRESSÕES AMBIENTAIS	OFERTA EDUCACIONAL
forte sentimento de nacionalismo	sentido universal dos jesuítas, inclusive pelo ensino do latim
espírito científico	espírito religioso
realismo científico	educação formal e livresca
progresso das ciências, revelação dos segredos da natureza (química, física e biologia)	ausência das ciências no currículo
importância do método experimental	abuso da memorização
vários modelos do homem	modelo de homem grego
liberalismo, individualismo	subordinação teológica, religiosa
empolgamento pela descoberta do novo, busca do ambiente natural	arraigamento à tradição, submissão ao abstrato literário

2.1.4. Intervenção geral do Marquês de Pombal:

Diz-se que Portugal se deteve no pôrtico do Renascimento, estagnando nos resultados da revolução econômica proporcionada pelos descobrimentos marítimos perdendo a posição de vanguarda nas transformações europeias, que dantes ocupava, até o século XVI. Não puderam, os portugueses, liderar a Revolução Industrial, tendo, antes, regredido de forma acelerada, malgrado portassem uma condição relevante em termos de acumulação de capitais, obtidos à custa do impulso colonial.

Esse retrocesso luso se liga, em boa parte, à vinculação de Portugal ao emergente capitalismo britânico, pelo Tratado de Methuen (1710), a qual vinculação, promoveu, entre outras, a sangria do ouro brasileiro, que, após alimentar a falsa aparência de fausto e grandeza da Corte lisboeta, passava à Inglaterra onde contribuia para a formação do capitalismo moderno.

A evolução econômica do Reino português foi dificultada, ainda, pelo fato de Portugal não apresen-

tar produtos de sua lavra, que o sustentasse. Era consciência geral que a terra não produzia mais que alguns frutos...

"Culturalmente, a situação de Portugal era de obscurantismo. O grande movimento quinhentista não tinha prosseguimento", como observa Antonio Sérgio na síntese de M. Thetis Nunes:

"É pouco dizer que não progredimos. Temos que confessar que viemos para trás; temos que declarar que tudo morreu: Nada passou do espírito científico para o século XVII português; pelo contrário, tudo, aqui, no século XVII, é peripatético e medieval".<sup>6</sup>

E a situação do ensino, sob monopólio jesuítico, concretizava o descompasso educacional. Descompasso este, que na Colônia, é reflexo, pois esta é vivida e trabalhada à imagem da Corte, acrescidas as distinções de um produto particular novo: o contexto híbrido rude brasileiro. Contexto que tem uma peculiaridade sociológica objetivamente descrita por Werneck Sodré:

Forjada à base das grandes propriedades, diz-se que o modelo da área açucareira esbarrou no modelo da mineração, cujos efeitos projetaram aquele desenvolvimento. A mineração rompe o equilíbrio do desenvolvimento colonial, possibilitando a realização individual. Enquanto o título disputado do modelo da área açucareira era a propriedade, o do modelo da mineração era a permissão para garimpar. O aumento demográfico é do poder aquisitivo, o desenvolvimento do mercado interno, a divisão do trabalho, o aumento do nível de vida, o desenvolvimento do aparelho do Estado (ramificação das milícias, órgãos de justiça, repartições fiscalizadoras e arrecadadores, forças policiais e militares, hierarquia religiosa) deram abertura e complexidade às atividades culturais. Uma camada intermediária entre a classe dos senhores das terras e a classe de servos e escravos se estabelece: a pequena burguesia, fruto das relações pré-capitalistas de vigência prolongada, que passa a desempenhar papéis importantes, que lhe dão uma função veiculadora. De um lado, um papel econômico, nas reivindicações e postulações que constituem o nú-

cleo da ideologia burguesa em ascenção, e, por outro, um papel cultural, no sentido da transplantação de valores estéticos oriundos do avanço da burguesia ocidental européia. Apresenta-se como uma classe com ampla receptividade e interesse singular pelas coisas do espírito. Nela se recrutam, em número crescente, os intelectuais e consumidores do trabalho intelectual, o público para as artes, embora, muitas vezes, a título de ostentação".<sup>7</sup>

Ao lado dessa demanda cultural, persistia alto grau de refratarismo ao avanço e às inovações científicas.

Foi quando Pombal, ou Sebastião José de Carvalho, assumiu o Ministério de Dom José I, envolvido na aplicação do Tratado de 1750, para demarcação das terras pertencentes a portugueses e espanhóis nas bacias platina e amazônica. Pode, ele, estimar as dificuldades a enfrentar para efetivar as demarcações, dificuldades acrescidas pela ação protetora e defensiva das reduções jesuíticas, levadas a cabo na Guerra Guaranítica, que teve de mover contra os rebelados índios dos Sete Povos das Missões Orientais do Uruguai, e das quais tinha consciência.

Tornou-se evidente, para Pombal, a ação subreptícia dos inacianos na resistência dos índios, inclusive, porque foi, por obra daqueles religiosos, que se conseguiu licença para o uso de armas de fogo pelos naturais.

Assumiu, desde o início, providências diplomáticas, administrativas e militares no sentido de defesa e preservação dos territórios ocupados pelos luso-brasileiros na América do Sul, tanto nas posições fronteiriças, como nas litorâneas, cuidando das respectivas fortificações e reconstruindo antigas obras militares e, mesmo, levantando outras, em pontos mais distantes da Amazônia e Mato Grosso.

De espírito dominador, não encontrava bloqueios definitivos pois que, D. José I, criatura medíocre e incapaz de ação, declinava-se ao gosto exclusivo dos regalos e aventuras, permitindo irrestrito apoio para suas idéias e energia.

Consciente da regressão econômica de Portugal,

e de suas conseqüências ostensivas, tratou de estabelecer uma política econômica para ressurgimento da monarquia, através da reconstituição econômica das colônias, única reserva de forças a proteger o nivelamento de Portugal ao progresso de outras nações europeias. Esta intenção estava apoiada, principalmente, na captação de idéias progressistas para as grandes reformas contra a estagnação e o obscurantismo.

A sua linha se dirige ao desenvolvimento dos próprios recursos, da criação de indústrias naturais e da restauração do antigo comércio. Açambarcar para a monarquia, mais do que popularizar os bens-produto, é o que significam as entrelinhas de suas medidas dominadoras, delineadas e também interpretadas por Vianna Moog:

"Os portugueses que vieram ter primeiro às terras de Santa Cruz eram todos fiéis vassalos de El-Rei de Portugal. Se, por um lado, desejavam ampliar os domínios da cristandade, a "Fé e o Império", traziam já os olhos demasiadamente dilatados pela cobiça. Eram inicialmente conquistadores, não colonizadores, como seriam mais tarde bandeirantes e não pioneiros. Como El-Rei como toda a Corte, após a descoberta do caminho das Índias, queriam despojos e riquezas. E ninguém embarcava com o pensamento de não mais voltar à Pátria lusitana. E ninguém trazia o propósito de enriquecer pela constância no trabalho. Deixavam atrás a Pátria, os amigos, a família, as ocupações normais, na esperança do Eldorado. Falavam muito em honra e glória, na Fé e no Império, mas ao velho do Restelo do poema de Camões, não enganavam:

a que novos desastres determinas  
de levar estes reinos a esta gente?  
que perigos, que mortes lhe destinas  
debaixo de algum nome preeminente?  
que promessas de reinos e de minas  
d'ouro que lhe farás tão facilmente?  
que fama lhe prometerás? que histórias?  
que triunfos? que palmas? que vitórias?  
(Os Lusíadas - Canto 4.96) 8

Se no mundo português eles não enganavam a Ca-

mões, no mundo espanhol não enganavam a Lope de Vega, em seu "El Nuevo Mundo de Cristobal Colón, Ato I Cena 2: So color de religión/van a buscar plata y oro/ del incubierto tesoro".

Não se contesta que os descobrimentos foram levados a efeito sob a égide da Fé e do Império, ou melhor, para "dilatar" a Fé e o Império, e a sua conquista na luta entre o Império e a Fé, a Contra-Reforma e a Renascença, o jesuíta e o bandeirante, repousou triunfante sobre o bandeirante, através manobras da Corte, a garantir a expansão social e econômica do Império mais do que propagar a fé.

Pombal deu impulso político a um domínio mais complexo do que o que fora relatado em prosa e verso em seus primórdios.

Dentre suas medidas, além das relativas às questões fronteiriças, já relatadas, às questões econômicas, também citadas, cumpre acrescentar às de ordem político-administrativas, a extinção das capitâncias hereditárias, a reorganização da autoridade e a expulsão dos jesuítas, com sua consequente ruptura no processo formativo colonial.

"Incorporou à Coroa todas as capitâncias que ainda tinham donatários, e sem prejuízo destes; fomentou a indústria e o comércio; protegeu a navegação; criou a Relação do Rio de Janeiro(1751); defendeu a liberdade dos Índios; iniciou o serviço do ensino primário em todas as capitâncias; estimulou os brasileiros, nomeando os mais distintos, para elevados cargos; proibiu que enviassem, como era costume, para conventos de Portugal, de Espanha e de Itália, donzelas brasileiras, cujos pais, por egoísticos cálculos, ou por excessivo ardor a religião, assim praticavam, mudou a sede do governo do Brasil para o Rio de Janeiro, a fim de que melhor pudesse atender às guerras e complicações do Sul; acabou com a obrigação, imposta aos navios mercantes, de só em frotas fazerem a travessia do oceano; deu largo incremento à construção brasileira, dando preferência aos navios construídos no Brasil; regulamentou a arrecadação dos impostos; regulou a extração e o comércio dos diamantes; e, finalmente, — e o que constituiu a sua maior glória — re

freou e diminuiu notavelmente os poderes do tribunal da Inquisição, que só do Brasil arrancara e condenara cerca de quinhentos infelizes de ambos os sexos". 9

De certa forma, continuou o trabalho dos jesuítas em sua política racial: ao acusar os padres de deliberadamente retardarem a assimilação dos Índios pela sociedade luso-brasileira, influenciado pelas teorias francesas de "Le bon sauvage", instigou o Alvará de Ley de 4 de abril de 1755, que aboliu a barreira de cor, emancipando os Índios. Secularizando as aldeias, e dando-as aos que as habitavam, foi induzida a miscigenação, assim como condenada, taxativamente, qualquer forma discriminatória contra os Índios. Foi concedido direito civil total nas possessões, contudo, sem chegar a prever, a política racial, a abolição da escravatura dos negros, o que, por motivos econômicos, teria ocorrido em Portugal, em 1761.

Não raramente, encontrou, Pombal, algum obstáculo ao estabelecer suas medidas, por força da ignorância, da superstição, dos preconceitos, da oposição, tanto do clero quanto da nobreza tradicionalista.

Pode-se acreditar, pois, que a imagem descrita da personalidade e caráter de Pombal sejam próximas da realidade: Homem sem escrúulos quanto aos meios, primeiro agia e depois pensava. Talentoso, audacioso e violento, fazia o tipo do reformista inflexível, motivado pelo orgulho nacional, tanto quanto pela força de seu caráter e fé nos seus talentos.

2.2. - A intervenção do Marques de Pombal pode ser caracterizada como uma verdadeira reforma de ensino?

#### 2.2.1. Fontes ideológicas e pedagógicas:

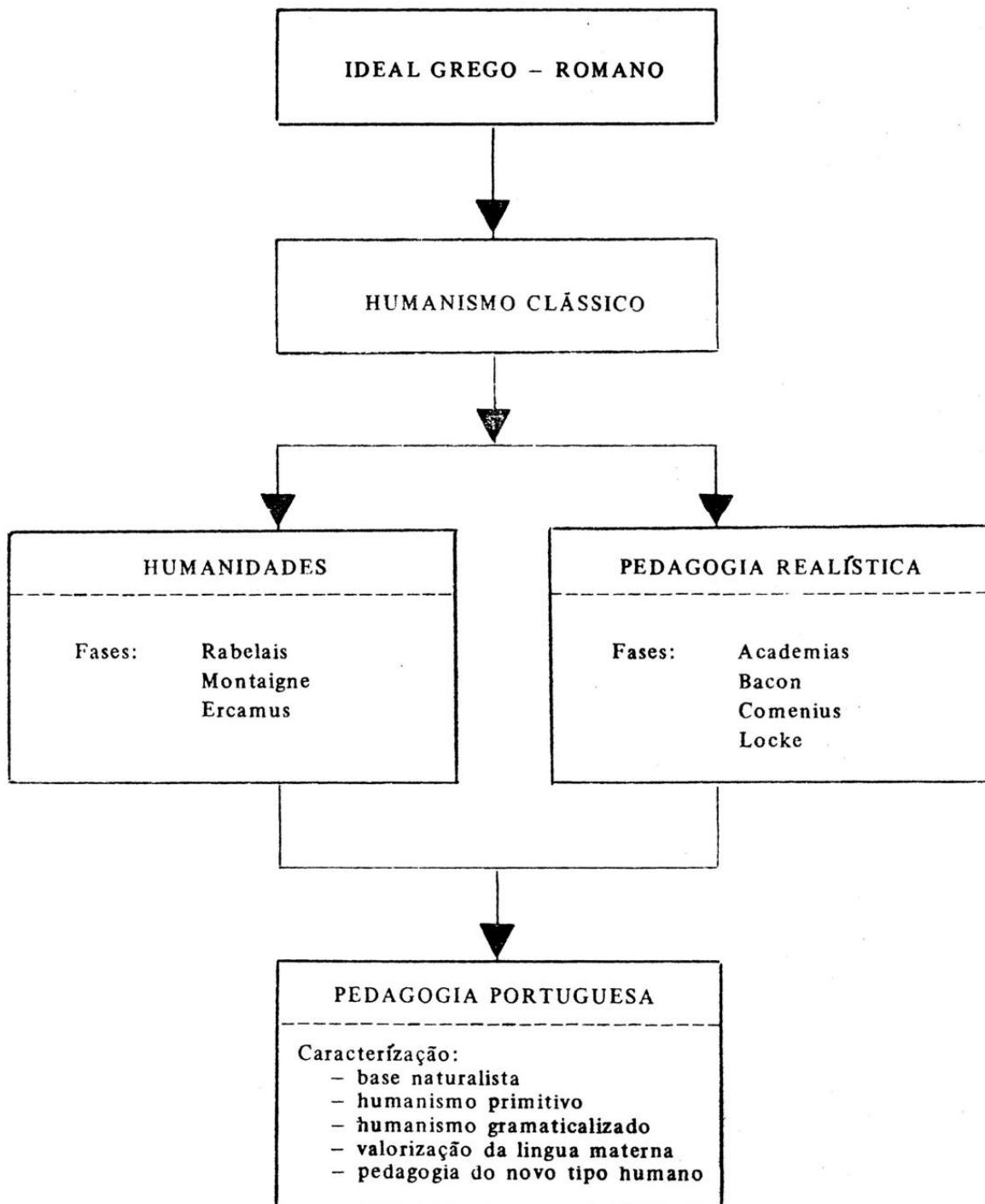
A política educacional de Pombal, ainda que bastante comprometida com suas intenções econômico-monárquicas, refletiu inspiração e influência das idéias de Luiz Antonio Verney, no seu "Verdadeiro Método de Estudar", de Antonio Ribeiro Sanches, em suas "Cartas sobre a Educação da Mocidade" e do Padre Antônio Pereira Figueiredo em "Tentativa teológica", numa abstração útil dos ideais pedagógicos do Iluminismo e constructos decorrentes. (Quadro II).

O Enciclopedismo, expressão francesa do Iluminismo, permitiu uma síntese do saber da época, recopilando todos os conhecimentos filosóficos que formavam o acervo cultural de seu tempo, para pô-los ao alcance de todas as inteligências. Sua crítica sugere revisão do plano pedagógico, em sua organização, de acordo aos seguintes princípios, os quais não estavam imunes de distorções, conforme comprovam as aplicações:-

- eliminação, no campo educativo, de todo o sobrenatural, e redução da religião a algo meramente racional, natural, terreno e mundano;
- aceitação do realismo pedagógico: línguas modernas e disciplinas técnico-científicas;
- necessidade de "uma escola do Estado", laica, a-confessional, que substitua as congregações religiosas na atividade educativa.

"Junto à nova concepção democrática, que, em nome da igualdade, tratou de afirmar o direito de todos a um mínimo de instrução e educação, a idéia do Estado educador se preparava a resolver-se em formulações contraditórias do tipo espartano, despótico e primitivo". 10

**QUADRO II**  
**DIAGRAMA DE INFLUÊNCIAS DA PEDAGOGIA PORTUGUESA**



A pedagogia realista se introduz, em Portugal, por proposta de inclusão da língua nacional no currículo, no século XVII, mas as ciências ainda demorariam mais cem anos para serem implementadas. Nessa cadeia de influências, identificam-se a de Locke sobre Verney e a de Verney sobre Pombal, concretizada através do Diretor Geral dos Estudos de Pernambuco, Dom J.J. da Cunha de Azeredo Coutinho, em seu Seminário de Oinda.

"O empirismo filosófico do Iluminismo, em termos religiosos, impõe-se na substituição do monge de costas para o mundo, pelo clero leigo, que possa agir dentro do mundo.

**2.2. Medidas educacionais** - As críticas aos jesuítas, em campanha coletiva, e as evidências elaboradas, eclodiram com o ato de expulsão, onde as razões se misturavam, desde o risco que a perfeita e forte organização dos jesuítas sugeria, até a ameaça que representava o crescimento das reduções, impedindo as pretensões lusitanas de avançarem sobre as terras espanholas na América do Sul, além da potencialidade... "subversiva" que emergia do conceito doutrinário jesuítico sobre a origem do poder, rechaçando.

"a origem divina dos reis, e sustentando que a autoridade vem de Deus, porém não diretamente dos Reis, senão ao povo e estes outorgam aos príncipes, condicionalmente, mediante uma espécie de contrato político, com direitos e deveres, por parte de ambos os contratantes". 12

A estas razões se fundia uma argumentação pedagógica, que considerava excessivo o uso do latim, em detrimento do grego, a imprescindibilidade da língua materna, o atraso pernicioso na indiferença à especulação científica, na ausência de sentido prático e utilitário no ensino, no exagero da emulação à rivalidade, à memória e à imitação, enfim, a inoperância e alienação de um sistema educacional velho e cristalizado, com o agravante de ser monopolizado por uma Companhia que, em troca de ter perdido suas características iniciais, foi dominada pela ambição do poder e das riquezas, "manejando os governos como um instrumento político ao sabor de suas conveniências e contra os interesses nacionais". 13

Com a expulsão dos jesuítas, em 3 de setembro de 1759, de todos os domínios de Portugal, obra de Pombal que foi acompanhada por Choiseul, na França, por Aranda, na Espanha, por Tillot em Parma, e por Kaunitz, na Áustria, e destruída grande parte de suas construções para impedir que se constituíssem redutos de oposição, assim como detidos e martirizados alguns daqueles clericais, resta uma paisagem caótica em relação ao ensino: poucos centros de instrução, distribuídos pelos seminários seculares, franciscanos, carmelitas e capuchinhos, além das escolas militares na Bahia e no Rio de Janeiro.

Vigora, então, uma fase de descontinuados "Alvarás", donde o ponto alto tange no ingresso do Estado na solução do problema educacional: é a transição de uma estrutura de monopólio clerical a uma pretensa estrutura mista, estatal e particular.

Aliás, já "os primitivos colonizadores da América do Norte levam, no século XVII, à nova terra de promissão, os mesmos princípios da Reforma europeia, em todas as manifestações desta, mas essencialmente a calvinista puritana, que foi a que teve maior influência para o desenvolvimento de sua educação pública.

A princípio, a educação dos imigrantes esteve basada no esforço voluntário, particular, e cada colônia, e cada povo sustentava suas escolas primárias e secundárias". 14

Enquanto a primeira lei norte-americana de instrução pública acontece em Massachusetts, em 1642, a intervenção pombalina se realiza um século depois, através de Alvarás, dentre os quais destacamos, para aproximar uma qualificação de "público" à política que se delineava:

#### ALVARÁS

- 03/09/1759 - expulsão dos jesuítas
- 28/06/1759 - reforma do ensino de humanidades
- 19/05/1759 - aula de comércio e vinculação com o mercado de trabalho (Marinha Mercante)
- 06/11/1772 - reforma do ensino elementar
- 1773 - reforma da Universidade de Coimbra
- 19/06/1776 - ensino universitário franciscano, no Rio de Janeiro

(sem data) - aulas de desenho e estuque

10/11/1772 - subsídio literário, imposto fixo e local destinado a subvencionar o ensino público, a princípio, exclusivamente. Taxação:- 1 real por arratel (459 grs) de carne verde vendida nos açouques, 1 real por canada (2,66 l.) de vinho português, 160 réis a pipa (480 l.) de vinagre, 4 réis de canada de aguardente do reino e de 10 réis por canada de aguardente da terra.

As reformas do ensino universitário, entre 1773 e 1776, reestruturaram as faculdades de Medicina, Direito e Teologia, sob influência de Verney, e em 1800, se destaca a criação do Seminário de Olinda, sob responsabilidade de Azeredo Coutinho.

Pombal criou, ainda, o laboratório de História Natural, o de Medicina, o de Química, além do observatório astronômico e das Aulas Régias de francês e botânica, em 1785 e 1795, respectivamente.

2.2.3. Paralelo evolutivo ou involutivo? - Uma reforma o é, quando a mudança se faz na essência de sua estrutura, no sentido de uma nova proposta global. Quando se ganha, se cresce, se progride, há uma evolução. Mas quando se perde conquistas efetivadas, quando se anula a base, a perspectiva se apresenta com outro grau de rendimento ou nenhum, conforme o significado da mudança.

No quadro III, visualizamos um paralelo de aspectos factuais entre a proposta educacional dos jesuítas e a de Pombal, e alguns reflexos no Império, sem entrar no mérito da teoria ou da verdade na prática.

## QUADRO III

Aspectos	Proposta Jesuítica	Proposta Pombalina	Reflexo Império
Clientela	popular no elementar burguesia no secundário burguesia no superior	idem	idem (esboço de C. média)
Conteúdo curricular	literário, retórico, dogmático, abstrato	línguas, modernas, ciências, técnico, humanids.	idem mais síntese da tradição
Métodos	rivalidade  imitação memorização disciplina autoritária textos latinos ou gregos adaptados dogmático e abstrato	independência de espírito  originalidade experimentação e conservadora livros atualizados	ensino mútuo idem idem
Classes	rede de escolas e colégios	científico, concreto prático.	idem
Professores	conceituados jesuítas formação nos conventos unidade de pensamento acentuado senso pedagógico conhecimento relevante das matérias que ensinavam	improvisados, não assimilararam reforma pombal. dois tipos: mestres formados defic/ e padres ausência absoluta de senso pedagógico expressa ignorância das matérias que ensinavam	improvisados criação da 1.º escola normal em condições precárias idem em tudo
Graus	Graduação elementar secundária e superior	não graduação aulas régias isoladas	graduação elementar, secundária, superior, (caráter propedêutico do secundário).
Organização e controle	representante na colônia	Diretor de estudo na metrópole Centralização precária	Ato Adicional 1834 – descentr., Assembléias Provinciais - legislar ensino
Planejamento	organicidade	improvisação	várias e estéreis tentativas de reformas
Manutenção	redízimo, subvenção do Reino	subsídio literário	idem

Aspectos	Proposta Jesuítica	Proposta Pombalina	Reflexos Império
Produto	oradores, retóricos, dirigentes, religiosos “massa culta”	profissionais quadros máximos dirigentes “massa culta” profissionais liberais (Metrópole)	
Integração	cultura básica e uniforme em toda a colônia unidade  estrutura de caráter geral	falta de coesão do plano geral fragmentação na essência e na forma prescrições gerais	
Fonte ideológica	Humanismo clássico	Iluminismo	
Fonte pedagógica	Ratio Studiorum	Verdadeiro Methodo de Estudar - Verney Cartas sobre a educação da mocidade - Sanches Tentativa Teológica - Figueiredo	
Ideologia	Conservadora, transmissora, antecipatória modelo de homem grego-latino. socialismo	idem  modelo de homem segundo a natureza e a razão individualismo liberalismo	idem  racionalistas, pré-lúdio do positivismo.

2.3. É possível reconhecer-lhe o lastro? Não se pode aceitar que as medidas se mantêm por si só. Há, isso sim, uma estabilidade no tempo, através da aplicação normativa sob condições objetivas, as quais, se não as mesmas condições, serão outras que favoreçam a manutenção do "status quo".

Assim, a evolução dos atos do governo em um século, as estatísticas educacionais e as manifestações ostensivas da realidade sócio-cultural e educacional, em particular, podem dar uma dimensão de institucionalização e do lastro visível no tempo que se segue.

#### ATOS DO GOVERNO (15)

1770 - Alvará de 30 de setembro, determinando livros e manuscritos para o ensino do latim e de primeiras letras.

1772 - Subsídio literário (Decreto) - receita para habilitar o erário a acudir as despesas com a aplicação ao ensino público.

1772 - Lei ordenando que os estudos das ciências matemáticas se não possam daqui por diante ensinar senão na Universidade.

1772 - Regulando forma de arrecadação de subsídio literário (Alvará).

1773 - Aumentando o número de escolas de menores (Alvará)

1775 - Declarando privilégios e homenagens aos professores régios, em razão da nobreza de seu ofício.

1776 - Aprovando estatutos dos frades franciscanos no Rio de Janeiro.

1779 - Mandando nomear, anualmente, um professor para visitar as escolas e relatar semestralmente descrição exata do estado de instrução na colônia.

1794 - Abolindo a Real Mesa da Comissão de Censura e Ordenamento, que em lugar dela, seja incumbido desse trabalho o Santo Ofício da Inquisição.

1797 - Permitindo que os professores de latim no Brasil possam ensinar pela gramática que lhes parecer.

1808 - Providenciando sobre a civilização dos índios e sua educação religiosa.

1809 - Prescrevendo a maneira por que há de ser providas

as cadeiras de ensino no Brasil.

- 1811 - Aprovando a criação de uma biblioteca pública na casa que serviu de livraria aos extintos jesuítas na Bahia.
  - 1814 - Concedendo licença para fundação do Seminário de Jacuecanga, destinado à educação dos meninos pobres.
  - 1816 - Agradecendo o oferecimento dos negociantes desta praça de formarem um capital cujo rendimento seja perpetuamente aplicado a estabelecimentos que promovam a instrução pública e mandando abrir no Banco do Brasil um registro dos mesmos subscritores.
  - 1816 - Mandando pagar a dois lentes da Escola Médico-Cirúrgica da Bahia os seus ordenados, não obstante não haverem lecionado por falta de alunos.
  - 1816 - Determinando que as nomeações dos professores de estudos menores, na capitania de Goiás, sejam feitas pelo capitão-general e pelo Bispo juntamente.
  - 1821 - Permitindo a qualquer cidadão o ensino e abertura de escola de primeiras letras, independente de exame de licença.
  - 1821 - Criando o lugar de inspetor geral dos estabelecimentos literários e científicos.
  - 1821 - Concedendo aos servos e servas de Nossa Senhora do Socorro a faculdade para abertura e estabelecimento de escola públicas.
- OBS.: Durante este tempo, houve várias decisões de criação de cadeiras. O intervalo entre a Independência e a queda de Pombal, salienta, a política joanina (Dom João VI), um reforço destacado na estatização do ensino elementar.

1ª época: Da Independência ao Ato Adicional (1822-1834): Evolução lenta das coisas da instrução.

- 1825 - Solicitando, aos presidentes das províncias informações sobre a instrução pública (nas mesmas).

- 1825 - Introduzindo o método lancasteriano nas escolas públicas das primeiras letras.
- 1825 - Reunindo as aulas régias da capital da Província de Pernambuco em um liceu.
- 1827 - Complementando, com as rendas gerais, e subsídio literário para pagamento dos professores de primeiras letras e gramática latina.
- 1828 - Marcando a idade de 16 anos para a matrícula no Curso Médico-Cirúrgico.
- 1828 - Determinando não sejam cursados ao mesmo tempo as aulas de Retórica e Filosofia.
- 1828 - Ordenando que as aulas de preparatórios ao Curso Jurídico de S. Paulo ficassem a cargo dos respectivos diretores, permanecendo apenas sob a inspeção do presidente da Província as aulas de primeiras letras.
- 1832 - Criando, na Província de Minas Gerais, um colégio de educação destinado à instrução da mocidade indiana de um e outro sexo.
- 1832 - Tomando providências contra o irregular procedimento de estudantes, recusando-se a exercícios escolares deles legalmente exigidos.
- 1832 - Ordenando a remessa anual à Secretaria de Estado dos Negócios de Império de uma relação das escolas primárias e de estudos menores pertinentes ao Município da Corte e Província do Rio de Janeiro.
- 1832 - Mandando estranhar aos lentes do Curso Jurídico de S. Paulo pela indulgência com que se houveram nos exames.
- 1832 - Ordenando ao Diretor do Curso Jurídico de Olinda que desse anualmente informações sobre o aproveitamento e a moralidade dos estudantes que tomam o grau de bacharel.

"A lei de 12 de agosto de 1834, que fez algumas alterações e adições à Constituição Política do Império, assinalou precisamente o termo da Ação direta do Governo Geral em tudo que se referia à instrução primária e secundária, não só na Corte como em todas as Províncias.

Dessa data em diante, passaram as assembléias legislativas provinciais ter incumbências de legislar sobre a instrução pública e estabelecimentos próprios e promovê-las, excetuados os cursos superiores já existentes e congêneres que viesssem a ser criados no futuro. Só a instrução pública primária, secundária e superior na Corte e seu município continuou a ser da competência do Governo Geral.

Esta lei representa o ponto de transição da 1ª para a 2ª época (1834-1879) na forma da decisão a que obedece o presente capítulo".

1879 - O decreto 7.247, de 19 de abril, reformou o ensino primário e secundário no município da Corte e o superior em todo o Império, desde início à 3ª época (1880-1889).

ESTATÍSTICA - como subsídio da demonstração de estado da instrução no País, até o momento da Proclamação da República.

#### I – Frequência em 1879

ESCOLAS	masculinas	femininas	TOTAL
<b>PRIMÁRIAS</b>			
Públicas	3.042	3.087	6.129
Partic. subvenc.	242	313	555
Part. não subvenc.	2.337	2.626	4.963
Total Primárias	5.621	6.026	11.647
<b>SECUNDÁRIAS</b>			
Particulares	1.787	919	2.706

#### II – Número de Escolas em 1878/79

Instrução Primária				Instrução Secundária			
Escolas	meninos	meninas	total	Escolas	meninos	meninas	total
Públicas	49	46	95	C. Pedro II	1	-	1
Part. Subv.	9	7	16	Particular	27	35	62
Part. não subv.	44	61	105				
<b>TOTAL</b>	<b>102</b>	<b>114</b>	<b>216</b>	<b>TOTAL</b>	<b>28</b>	<b>35</b>	<b>63</b>

### III – Instrução Superior :– Matrículas em 1879

Cursos/Escolas	matr.	Número de Escolas: 11, sendo
Medicina – Rio de Janeiro	411	2 de Direito
Farmácia – Rio	182	2 de Medicina
Direito Ciências – SP	762	1 de Minas
Direito Linguas – SP	659	1 de Comércio
Direito – Recife	380	1 de Surdos Mudos
Artes e Ofícios	937	1 de Belas Artes
Comércio	18	1 Conservatório de Música
Belas Artes	106	1 Asilo de Meninas Desvalidas
<b>TOTAL</b>	<b>3.455</b>	<b>1 Liceu de Artes e Ofícios</b>

Afrânio Peixoto, em seu "Marta e Maria" (16), ilustrou a penúria da instrução pública no Império, através da transposição de pronunciamento em debates deliberativos, tais como o do Conselheiro Liberato Barroso, em 1867, referindo-as à descentralização do Ato Adicional:

"As idéias descentralizadoras que dominavam nessa época deram origem a esta disposição, da qual até hoje o país não conheceu vantagem alguma. As Assembleias Provinciais não tem cuidado dos importantes interesses da instrução pública; o ensino oficial oferece ainda este triste espetáculo de anomalia e desordem que assusta os espíritos mais intrépidos, porque nele contemplam o descalabro e a ruína moral do país".

E pouco depois, era Tavares Bastos (1870) quem afirmava em sua obra "A Província":

"Estamos de tal sorte convencidos de que não há salvação para o Brasil fora da instrução derramada na maior escala, e com o maior vigor, que, para certos fins, aceitariam também o concurso do próprio governo geral, ao menos em favor das menores províncias e durante o período dos primeiros ensaios". 17

Neste mesmo ano, o Ministro do Império, Conselheiro Paulino de Souza, escrevia no seu relatório às Câmaras:

"É com verdadeira mágoa que me vejo obrigado a confessar que em poucos países se achará cir-

cunstâncias tão pouco lisongeiras, como no Brasil. Não dissimulo a verdade, porque deve manifestar-se-la inteira e de seu conhecimento há de previr, espero, com inabalável confiança, o remédio para tamanho mal. A instrução primária foi garantida pela Constituição a todos os brasileiros; é tempo de desempenharmos a palavra de legislados constitucional, que confiou das gerações que se sucedessem a realização de suas promessas".

Esta exortação vinha de que verificara:

"Em algumas províncias, a instrução pública mostra-se em grande atraso; em outras, em vez de progredir, tem retroulado, conservando-se aqui estacionária, ali, andando com a maior lentidão. Em poucas é sensível ao progresso; em nenhuma satisfaz o seu estado pelo número e excelência dos estabelecimentos de ensino, pela frequência e aproveitamento dos alunos, pela vocação para o magistério, pelo zelo e dedicação dos professores, pelo fervor dos pais em dar aos filhos a precisa educação intelectual, em geral pelos resultados que poderiam produzir todos esses meios combinados. Em muitas províncias tem-se reformado, reforma-se e trata-se de reformar a organização do ensino, mas não se tem cuidado quanto conviria no principal, que é espalhá-lo, fiscalizar os que dele são incumbidos, para que efectivamente se distribua, haja ardor em promovê-lo e desvelo em atrair alunos às escolas, ensinando-se o mais possível, e ao maior número possível". 18

A semelhança da época das aulas régias, o Estado no Império ainda não cumpria os seus deveres (nem as reformas) e não surpreende que o imitassem mestres e estudantes:

"Não pagos, podiam os primeiros deixar o ofício, ou procurar ganhar a vida em outro; os alunos estavam sujeitos ao recrutamento e a castigos violentos.

(...) A razão de pouca frequência das aulas régias he porque estas são frequentemente invadidas por soldados ao arbitrio dos officiais incumbidos de reclutas e dellas arrancão ignomino

samente os estudantes, logo que passão dos doze ou treze annos, soffrendo impropérios os Professores que se propõem a orar pelos seus alumnos, e alegar com os seus privilépios a quem se dá prompta resposta que não são nenhuns, o que a experiência tem mostrado todos os dias nesta cida<sup>d</sup>e, onde o ser Professor e não ser nada he tudo o mesmo". 19

Não é curta a história da questão de instrução pública no Brasil e seu significado não raro sobrepuja a importância da problemática financeira ou eleitoral. Todavia, as intenções foram mais absíduas do que as intervenções, e o seu cunho aberto ou despótico, a partir de Pombal, alimentou as contradições de um "público" que nem sempre teve caráter socializante.

### 3. Esboço Crítico

O sentido político da intervenção de Pombal se critica sobre um contexto colonial, cuja consideração permite critérios compatíveis para representações questionadoras. Assim, não é demais situar:

"Nas cidades é que a cultura tem possibilidade de crescer; nelas passam a sediar-se os ofícios artesanais, nelas a atividade religiosa ganha brilho, e solenidade, nelas os letrados encontram pares, nelas as profissões liberais temporal, nelas os serviços públicos deparam guarida e os funcionários civis e militares constituem parcela numerosa da população. (...) E a cultura que fixa valores é aquela de que só se podem aproximar, que só pode ser cultivada pelos elementos da classe dominante, ou aqueles que, não nascidos nela, servem-na e dela recebem proteção.

(...) A elite carrega a marca da cultura universalista e europeizante, unilateralmente voltada para as letras, adquirida nos colégios dos jesuítas e nos seminários que os sucederam, bem como nas aulas régias, e completada em Coimbra, pois a Colônia não dispõe de ensino superior; só quase no fim da terceira década do século XIX, com a autonomia, ele aparecerá. Na Velha Universidade, a cultura obedecia aos padrões ainda moldados pelos jesuítas, de sorte que, mesmo depois da expulsão destes, continuou a fornecer um ti-

po de conhecimento desinteressado, preso a rígidas fórmulas, dogmático, retórico e vazio" 20

"(...) O Império apresenta a placidez aparente da monarquia, mal escondendo a miséria imensa do latifúndio feudal, circundando as áreas litórâneas de latifúndio escravista. A vitrina da monarquia parlamentar, forjada segundo o modelo europeu, sonega o fundo apagado de um país que se resume em cerca de quatro milhões de habitantes, espalhados em alguns núcleos ou áreas, distantes uns dos outros, coalhados em oito e meio milhões de quilômetros quadrados de território, isto é, em densidade média de um habitante em cada dois quilômetros quadrados.

(...) As camadas cultas, no fim do século XIX, permanecem ilhadas, impotentes os seus elementos para se realizarem como tais; daí as saídas espontâneas, ou a do gosto da arte pela arte, da arte cultivada por si mesma, como afetada forma de distinção, despojada de função social, ou a dispersão da boemia, que pretende copiar, ainda nisso, formas externas, ocultando o orgulho ferido, que se refugiava, por vezes, também, na erudição isolada e inocua". 21

Ao adotar alguma ideologia do Iluminismo, a política pombalina subtraiu-lhe, também, alguns efeitos, pois, do Seminário de Olinda, saem os agentes dos movimentos libertadores.

"Os homens do século XVII - filósofos, pensadores, professores - os intelectuais - estavam convencidos de que, se se afirmava a autonomia do indivíduo frente aos poderes sociais (monarquia e Igreja), brilharia uma aurora de prosperidade para o gênero humano. A atitude iluminista depôs bens positivos na ordem científica e técnica; sua eficácia renovadora alcançou o âmbito social, o político, o econômico e o jurídico.

(...) Sua atitude, ao socavar os princípios da soberania dinástica e da autoridade moral, preparou o ambiente das sucessivas ondas revolucionárias desde a Revolução Francesa até nossos dias". 22

Transplantada da metrópole para a colônia, a po-

Lítica educacional de Pombal antecipava-se às exigências do contexto brasileiro da época. Este caráter antecipatório foi sentido por tantos quantos refletem sobre a história brasileira, e Alceu Almoroso Lima o estendeu a todas as instituições:

"Foi-se vendo pouco a pouco - e até hoje o vemos ainda com surpresa, por vezes, que o Brasil se formara às avessas, começara pelo fim. Tivera coroa antes de ter povo. Tivera Parlamentarismo antes de ter eleições. Tivera Bancos antes de ter economias. Tivera salões antes de ter educação popular. Tivera artistas antes de ter arte. Tivera conceito exterior antes de ter consciência interna. Fizera empréstimo antes de ter a paz e a força interior. Começara em quase tudo pelo fim". 23

Antecipamos nossa organização política à social. E toda antecipação se faz às custas da importação, do transplante.

"O Marquês de Pombal quis transplantar para o Brasil, não só o mesmo sistema de "Aulas Régias" como também, o programa científico de sua reforma. Deve-se afirmar que tal reforma não só não funcionou aqui, como também não funcionou em Portugal. É que o próprio Portugal importou das "nações polidas" da Europa o programa científico, na sua nova condição de satélite, pois que, como desbravador das vias marítimas, não teve o mesmo ímpeto inovador no campo das ciências". 24

E é ainda na obra de Werneck Sodré que vamos encontrar ilustração para o fracasso desse processo antecipatório:

"O atraso no domínio das ciências não decorreu de ato de vontade, portanto, mas de condições objetivas. A efêmera duração da Academia Científica, fundada no Rio de Janeiro, em 1771, seria sinal evidente e significativo de que não era suficiente o ato de vontade para estabelecer aqui lo que a sociedade não solicitava. Não se tratava de forma alguma, como a ideologia do colonialismo pretendeu fixar, de inaptidão natural do brasileiro para a ciência. No campo da ciência, o Brasil continuava a ser apenas objeto, com as

expedições estrangeiras que aqui vieram pesquisar, no século XIX, e que se multiplicaram na segunda metade desse século". 25

Quanto ao alcance da intervenção educacional de Pombal, não se pode aproximar ao sentido de reforma total, pois que "não foi um sistema ou tipo pedagógico que se transformou ou se substituiu por outro, mas uma organização escolar que se extinguiu". 26

"Mas se o poderoso ministro de Dom José I destruiu nem ele nem governos portugueses que lhe sucederam souberam ou puderam restaurar. Onde havia uma obra de organização escolar lenta e solidamente edificada, através de dois séculos, tinha ele de levantar outra, num imenso esforço de reestruturação, recomeçando pelos próprios fundamentos". 27

E se fosse intenção essencial de Pombal reorganizar a instrução, faltava-lhe quem o assessorasse. "Não havia elementos de cultura sólida capazes de substituir de chofre, a cultura que arremessara para além fronteiras". 28

A política joanina reforçou alguns momentos da proposta de Pombal, principalmente no que envolve a responsabilidade estatal na ação educativa. Todavia, sem um sistema anterior que o orientasse, deu vasão a um impulso quantitativo à cultura, desenvolvendo atividades ligadas ao conhecimento do país (levantamento de plantas e animais, incentivo às expedições científicas e acumulação de informações) e outras ligadas ao provimento de modelos europeus e recrutamento de discípulos (fundação da escola de artes, museu, contratação de mestres estrangeiros), numa incondicional continuidade da subalternidade e submissão cultural pombalinas.

A transplantação (discípulos eram dóceis acompanhadores de modelos externos) associada à alienação (timbre aristocrático na educação) resultaram em uma outra forma de alienação, de significado ideológico mais complexo que foi a direção do atendimento às exigências imediatas, às práticas das necessidades do aparelho colonial de dominação.

Em essência, a educação continuou a mesma: processo transmissor de cultura, que suplantava qualquer intenção formativa ou de cultura nacional.

Estrategicamente, o transplante ou importação educacional realizada por Pombal, em seus efeitos antecipatórios, serviram ostensivamente a um desempenho elitista, competitivo e desintegrado: 29

- elitista, porque se destinava a transmitir a cultura aristocrática da metrópole, para preservação da classe dominante e formação da classe dirigente;
- competitivo, porque pretendeu formar um cidadão que, integrante da classe alta, está necessariamente competindo por recompensas econômicas, políticas e intelectuais. Esta constante competitiva se caracteriza pela disputa individual, mais do que em grupos.
- desintegrado, porque a educação não foi encarada dentro do sistema nacional, correspondendo antes de tudo, a um fator de isolamento, de desvinculação com o tempo e o espaço colonial na perspectiva de evolução e consciência de suas possibilidades. A escola brasileira perdeu sua legitimidade no vício da duplicidade.

A escola brasileira nunca apresentou legitimidade, já nas suas origens, por força de um velho vício de duplicidade da atividade colonizadora da América, nas distorções da implementação da instituição escolar, através dos transplantes impossíveis, assimilados particularmente pelos "europeus nostálgicos", como chama Anísio Teixeira, aos brasileiros que resistiam ao reconhecimento de uma realidade nova, da colônia. E, usando, o seu argumento:

"A escola já é de si uma instituição artificial e incompleta, destinada apenas a suplementar a ação educativa muito mais extensa e profunda que exercem outras instituições e a própria vida. Deve, portanto, não só ajustar-se, mas inserir-se no contexto das demais instituições e do meio social e do meio físico. A verdade é que a escola, como instituição, não pode ser verdadeiramente transplantada. Tem de ser recriada em cada cultura, mesmo quando essa cultura seja politicamente o prolongamento de uma cultura matriz". 30

Portanto, como antecipatória, a educação sofreu o grande defeito da ruptura precoce.

Pode-se considerar que a política de Pombal representou pioneirismo da escola pública brasileira?

Em termos evolutivos, sim. Isto é, enquanto se aceite que a anulação do monopólio para uma estrutura mista - Estado e iniciativa privada - na organização e realização escolar, tenha favorecido, em momentos históricos posteriores, a equivalência do público e do social, ou seja, a instrução pública vista e tratada como coisa socialmente útil. Todavia, pode-se notar que o efeito mais flagrante foi o estabelecimento de um esquema dual de escolarização.

Não se pode dizer que a escola assumiu, na época e depois, a realidade moral nacional, porque as "escolas brasileiras, em todas as suas fases, são virtualmente autônomas em relação às comunidades em que se situam".

O sentido da escola pública está, antes de tudo relacionado ao conceito de liberdade, e, como compatibilizar este conceito com as implicações da política de dominação de Pombal?

E o "público" não seria produto da liberdade num sistema que se caracteriza como nacional em seu princípio de continuidade e articulação?

Esta dificuldade de equacionar a liberdade e as concepções centralizadora e descentralizadora levou, até bem perto de nossos dias, à guerra entre os defensores da escola pública e os da escola particular.

Pombal, ao incorporar o interesse educacional, não teve intenção de levar o saber às massas, ao povo motivo pelo qual relacioná-lo com a concretização da instrução pública, no sentido e extensão moderna, pode ser uma ironia. Aquele povo não era sujeito de privilégios, sua vontade não era manifesta.

A intervenção pombalina, no sentido de secularizar a educação, de dar sua independência à Igreja, feia (a educação) subordinada aos seus objetivos econômico-monárquicos, cuja preocupação central foi constituir um Estado forte, bem organizado e formar o "súdito", o homem-instrumento de sua ideologia despótica.

REFERÉNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. PRADO JR, C. Evolução Política do Brasil. São Paulo, Brasiliense, 1969, pag. 41.
2. NUNES, M.T. Ensino Secundário e Sociedade Brasileira. Rio de Janeiro, MEB, 1962, pág. 13
3. Op. cit. in (2), pags. segs
4. LUZURIAGA, L. História de La Educación Pública. Buenos Aires, Ed. Losada, 1946, págs. 43/44.
5. Op. cit. in (2).
6. Op. cit. in (2).
7. SODRÉ, N.W. Síntese de história da cultura brasileira. Rio de Janeiro, Civilizaçao Brasileira, - 1970, pág. 23.
8. MOOG, V. Bandeirantes e Pioneiros. Rio de Janeiro, Civilizaçao Brasileira, 1966, pág. 104.
9. ROCHA POMBO, História do Brasil. São Paulo, Melhoramentos, 1948, pág. 307.
10. MORENO, J.M. História de La Educación. Madri, Paraninfo, 1971, pág. 288.
11. BARRETO, V. de P. A ideologia liberal no processo da Independência do Brasil. Brasilia, Camara dos Deputados, 1973, pág. 19.
12. MARKIEWICZ, J. San Ignacio y sus ruinas jesuíticas. Posadas (Argentina), s/data.
13. AZEVEDO, F. Cultura Brasileira. São Paulo, Melhoramentos, 1964, pág. 45
14. Op. cit in (4) pág 38.

15. Dicionário Histórico, Geográfico e Ethnographico do Brasil, Instituto Histórico e Geográfico, 1922 principalmente págs 384 a 391.
16. PEIXOTO, A. Marta e Maria. Rio de Janeiro, Documentos de Ação Pública, 1931, págs. 59 a 71.
17. Op. cit. in (16).
18. Op. cit. in (16).
19. Op. cit. in (16), pag. 42.
20. Op. cit. in (7), pag. 25
21. Op. cit. in (7), pag. 37
22. Op. cit. in (7), pag. 47
23. AMOROSO LIMA, A. in SALVADOR, A.D. Cultura e Educação Brasileiras. Petrópolis, Vozes, 1971, pág. 195.
24. SALVADOR, A.D. Cultura e Educação Brasileiras. Petrópolis, Vozes, 1971, pág. 193.
25. Op. cit. in (7), pág. 38.
26. Op. cit. in (13), pág. 47.
27. Op. cit. in (13), pág. 49.
28. RODRIGUES, M. Educação Comparada. Rio de Janeiro Ed. Nacional, 1938, pág. 354.
29. Op. cit. in (24), pág. 205.
30. TEIXEIRA, A. Valores proclamados e valores reais nas Instituições escolares brasileiras. Rio de Janeiro, Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos INEP, Abril - Junho, 1962.